



RELATÓRIO SOBRE A AÇÃO SINDICAL NO ANO 2013/2014

1. CARACTERIZAÇÃO GERAL

O final do ano letivo 2012/2013 assistiu a uma importante e vitoriosa luta dos docentes: a greve às avaliações que decorreu na nossa área sindical com o mesmo sucesso de outras regiões. O papel de organização do SPGL foi essencial para o sucesso obtido.

O ano letivo 2013/2014, do ponto de vista político-sindical, foi caracterizado pela luta contra os cortes salariais, impostos a partir de Janeiro de 2011, ainda no governo de José Sócrates e que o governo de Passos Coelho manteve em 2012 e 2013 e pretendia agravar em 2014, pela denúncia da política do governo, orientada pelo ataque aos direitos laborais, particularmente à contratação coletiva, e às funções sociais do Estado, nomeadamente o ataque à Escola Pública, e pelo combate firme a uma política que conduz a um empobrecimento geral da população. Ao mesmo tempo, e nessa mesma linha ideológica, os orçamentos de Estado “cortaram” duramente nas verbas dedicadas à Educação (como de resto nas outras áreas sociais). Aos cortes salariais e nas funções sociais correspondeu, por contraposição, um aumento brutal da carga fiscal, nomeadamente o IRS (aliás sujeito a uma sobretaxa) e o IVA e, nos últimos meses, a taxa para a ADSE. Também os aposentados (e portanto um número significativo de docentes) foi vítima do “saque” desde 2011: além do aumento do IRS (e da sobretaxa que lhe foi aplicada), foi-lhes imposto uma ironicamente chamada “Contribuição Extraordinária de Solidariedade” (CES).

Esta luta e denúncia corporizou-se num elevado número de manifestações e concentrações, promovidas pela CGTP-IN e, em menor grau, pela Frente Comum. Manifestações em que o SPGL participou de forma empenhada e digna, acusando por vezes a dificuldade de mobilização dos professores, dificuldade claramente evidenciada em todos os outros setores sindicais. Estas manifestações, certamente importantes para o combate ao governo e à política de direita que nos vai empobrecendo, nem sempre tiveram a participação massiva que a situação política e social exigia. A demissão do governo e a antecipação das eleições legislativas, objetivo reiteradamente expresso, não foi até agora conseguido.

No que respeita aos professores e à Educação há que sublinhar que a Escola Pública tem sido posta em causa por um conjunto diversificado de medidas governamentais atentatórias da sua qualidade, a que corresponde uma estratégia do MEC desenvolvendo políticas educativas que favorecem a privatização do ensino. A defesa da Escola Pública, através de um variado conjunto de ações, (petições, abaixo-assinados, concentrações), constituiu-se pois como cerne da atividade dos sindicatos da FENPROF, luta que continuará como central no próximo ano. Também o combate à precariedade e ao desemprego docente, incluindo no ensino superior, tiveram particular relevância na ação reivindicativa, ação coordenada e estruturada pela FENPROF e posta em prática pelos seus sindicatos.

Assistiu-se a uma redução substancial do número de docentes no ensino público, provocada sobretudo pelo aumento do número de alunos por turma. Um número significativo de docentes, face à degradação das condições de trabalho, optou por aposentação antecipada, mesmo com fortes penalizações e, mais recentemente, pelas chamadas “rescisões amigáveis” com o ME.

Nos últimos meses, uma nova frente de ataque à Escola Pública foi desencadeada com o processo de transferência de boa parte das competências do Ministério da Educação para os municípios, ainda em fase “experimental e envolvendo por agora um pequeno número de câmaras, mas tendo por base uma filosofia que merece clara oposição dos professores.

A designada Tabela Remuneratória Única (TRU), põe em causa os princípios remuneratórios definidos no ECD e deixa antever um sistema de avaliação ainda mais perverso e mais “limitativo” que o atual.

Merece particular destaque, pelo seu sucesso e significado, a luta desenvolvida contra a Prova de Capacidade e Conhecimento (PACC), matéria que mobilizou um número elevado de docentes que, em greve e corajosamente, conseguiram travar as intenções do ME que, porém, ameaça agora “voltar à carga”.

Num ano globalmente negativo, algumas vitórias, mesmo que limitadas, merecem ser referidas porque são fruto da luta, da resistência e da capacidade de negociação dos sindicatos. É o caso da decisão do TC de negar ao governo a continuação dos cortes salariais, medida que o governo tenta reverter, do concurso extraordinário de vinculação de contratados, incluindo os docentes do ensino artístico especializado (cerca de 2000 contratados; note-se contudo que não serão integrados nos escalões da carreira a que teriam direito pelos anos de serviço), a passagem, na sequência de decisão do TC, dos docentes do índice 245 e aí retidos há mais de 5 anos, para o índice 277, o pagamento da “caducidade” nos contratos a prazo e, ainda com contornos pouco claros, a aplicação da diretiva europeia sobre a contratação a prazo.

2. O TRABALHO DO SPGL

A) SETORES

Pré-escolar: reuniu com normalidade, embora as reuniões tenham sido pouco participadas. As questões mais debatidas foram o calendário escolar, ligado à importância da avaliação na educação pré-escolar na defesa da qualidade, os “prolongamentos” dos horários dos jardins-de-infância, a perda da representatividade do setor nos órgãos de direção dos agrupamentos e as ilegalidades ocorridas com horários de trabalho dos educadores de infância em que são contemplados tempos de intervalo e vigilância dos recreios na componente não letiva de estabelecimento. O programado “Encontro Nacional de Quadros do Pré- Escolar”, iniciativa da FENPROF, ficou adiado para o próximo ano.

1º ciclo: Participação empenhada e cuidada na Conferência Nacional do setor, iniciativa da FENPROF; realizou um plenário no início do ano letivo, importante em termos do que foi discutido, embora com participação abaixo do esperado. Editou conjunto de textos denunciando os exames do 4º ano. As questões mais debatidas foram o prolongamento do horário, a questão dos “intervalos”, e o prolongamento do ano letivo (apoio aos alunos depois de terminadas as aulas e ainda a questão da aposentação (aplicação da Lei nº 77).

2º, 3º ciclos e Secundário: Reuniu mensalmente, com uma presença média de 30 a 40 dirigentes. Foram debatidas ao longo do ano as questões mais prementes: a educação de adultos, a privatização do ensino, o novo estatuto do EPC, habilitações para a docência, a indisciplina e o papel do professor, a questão da “contratação” no ensino e na administração pública.

Superior: No que respeita ao Ensino Superior, a luta centrou-se no combate ao desinvestimento, com graves cortes orçamentais, sendo neste aspeto de realçar a bem sucedida ação “da calculadora”, e na denúncia dos cortes no número de bolseiros e investigadores, abrindo aqui um campo de intervenção sindical relativamente “novo”. Denúncia das chamadas “meias licenciaturas” nos Politécnicos. Dada a situação de enorme precariedade de elevado número de docentes neste setor, a questão da aplicação da diretiva foi relevante, articulada com a questão da aplicação dos estatutos de carreira no universitário e no politécnico.

Particular e Cooperativo: No ensino particular e cooperativo este ano ficou marcado pela denúncia do contrato coletivo de trabalho do setor feita pela entidade patronal, que obrigou a FENPROF e o SPGL a reagirem, não só contra a proposta mas também contra o facto de a FNE se prestar a ceder às pretensões patronais. A proposta apresentada pela AEEP traduz-se no aumento dos horários de trabalho e alteração do seu regime, na redução salarial e na reestruturação negativa das carreiras profissionais. Decorre neste momento a fase da “conciliação” no Ministério do Emprego.

Encontra-se em fase de negociação a celebração de Acordo de Empresa com a União das Misericórdias. Foi dada particular atenção à atuação junto das entidades competentes para a fiscalização das condições de trabalho em vários colégios.

Levantou-se junto do MEC, a quem foi pedida reunião, a questão do reconhecimento, para todos os efeitos, do trabalho dos educadores em creche como docência.

Foram realizados vários plenários e reuniões em instituições do ensino particular.

Especial: O setor empenhou-se nas iniciativas tendentes a denunciar o ataque do governo a este setor. Realce para as iniciativas “A importância da Escola na inclusão social de crianças e jovens com deficiência” e “Semana da Ação Global pela Educação 2014. Deficiência e Educação”, promovidas pela FENPROF em parceria com outras organizações.

B) DIREÇÕES REGIONAIS

Cumpriram o papel que os estatutos lhes conferem: organizaram, nas respetivas áreas geográficas, as diversas iniciativas decididas quer localmente quer pela direção central. Garantiram o acompanhamento das suas escolas envolvendo-as nas atividades pedagógicas e reivindicativas. Foi relevante a organização do processo de revisão dos estatutos. Têm reunido com os executivos autárquicos para levantamento e análise das políticas educativas implementadas ou a implementar em cada concelho.

C) DEPARTAMENTOS

Aposentados: A comissão de aposentados do SPGL participou empenhadamente na 1ª Conferência Nacional de Professores e Educadores Aposentados da FENPROF, cuja constituição poderá dinamizar a atividade deste grupo de docentes. Participou também no Encontro Nacional de Aposentados da Frente Comum e nas iniciativas da Inter-Reformados, nomeadamente nas manifestações e iniciativas de “rua”. A luta contra os cortes nas pensões, contra a CES e contra a diminuição do valor das pensões por via do método de cálculo foram as principais questões reivindicativas.

A criação no SPGL de diferentes grupos de trabalho potenciou a atividade que se desenvolveu também em torno da luta pela igualdade mulheres/homens, por ações de formação nas áreas da informática, do inglês, da fotografia, entre outras, e num vasto conjunto de ações de natureza cultural, por vezes em estreita colaboração com a área da cultura/espço ABC.

Conseguiu manter sindicalizado um importante número de professores e educadores aposentados.

Outros ministérios: merece particular destaque o acompanhamento da situação profissional dos docentes da Casa Pia, com várias reuniões com os delegados sindicais, com a direção da instituição, e com o ministério da tutela. Realizaram-se duas concentrações de docentes: uma junto ao MESS, ligada à contagem do tempo de serviço, prejudicada pela colocação tardia (em Outubro), por exclusiva responsabilidade da tutela, e outra junto à provedoria da CPL em torno da vinculação e abertura do concurso.

Foram assinados 7 ACEEP garantindo as 35 horas semanais de trabalho, estando em curso a negociação com outras instituições públicas no mesmo sentido.

Está em processo de negociação na DGERT o contrato de trabalho dos trabalhadores da Santa Casa de Lisboa.

Frente dos contratados: vários plenários ao longo do ano para denúncia das situações de desemprego e precariedade e também para análise do processo dos concursos. Particularmente ativa na contestação à PACC, visivelmente contestada pelos professores que se recusaram a fazê-la, rasgando as provas, abandonando as salas, etc. É de sublinhar a grande unidade verificada na classe docente nesta rejeição.

Espço António Borges Coelho: Desenvolveu ao longo do ano intensa atividade, sendo de salientar a elevada qualidade das exposições de arte. Acolheu várias iniciativas, sobretudo promovidas pelo setor dos Aposentados.

Informação: Cumpriu-se integralmente o programado para o Escola Informação, alternando a edição em papel com a edição on-line, o que permitiu a edição mensal deste órgão. Não foi ainda feita nenhuma avaliação objetiva quanto ao modo como os sócios “receberam” o “on-line”. A edição em papel continua a merecer elogios por parte de muitos professores e tem constituído, através das reportagens e de notícias sobre iniciativas escolares, um veículo de “acesso sindical” a algumas escolas.

Foi reformulada e renovada a página na internet.

Apesar da redução do número de envios por correio, devido aos custos, esta via foi usada para a mobilização para as ações de luta e para fazer chegar às escolas informação relevante. Utilizou-se de forma sistemática o uso da comunicação eletrónica para os sócios.

Outras iniciativas

- Os 40 anos do SPGL e do 25 de Outubro foram comemorados através de uma exposição de cartazes dos momentos mais significativos destes 40 anos de luta, exposição que esteve patente no Espaço ABC e pela Conferência “O que é isto da Liberdade”, com Borges Coelho, Eduardo Lourenço e Sandra Monteiro, que decorreu na Fundação Gulbenkian.
- O SPGL fez parte da comissão de sindicatos da CGTP, da UGT e não filiados em nenhuma central, que promoveu a conferência “Em defesa da segurança social pública: a questão das pensões” que decorreu na Escola Secundária Camões em Lisboa, e no Encontro “A transferência de rendimentos do trabalho para o capital”, promovida pelo Observatório das Crises do CES, de que o SPGL é patrocinador, que decorreu no STEC, em Lisboa.
- Procurando acompanhar lutas de outros setores, houve encontros da direção com dirigentes do sindicato dos estivadores e dos médicos.
- Realizou-se um debate sobre a Municipalização do Ensino, em Abrantes, com a presença da Câmara local.
- Realizaram-se as Jornadas Pedagógicas, com boa participação dos professores.
- No âmbito da CIMH do SPGL: realização de um concurso de textos originais sobre igualdade de género e sua edição no Escola Informação.

3. ÓRGÃOS DO SPGL

Os órgãos do SPGL reuniram com a normalidade e regularidade previstas nos estatutos.

Foi realizada com sucesso a alteração dos Estatutos do SPGL com o objetivo de reduzir o número de dirigentes e as exigências formais de apresentação de candidaturas às eleições e introduzir, ainda que de forma mitigada, o princípio da limitação de mandatos para o exercício de cargos de maior responsabilidade e visibilidade pública.

A reestruturação administrativa do Sindicato, face à grave quebra das receitas de quotização, fruto dos “cortes salariais”, da quebra do número de sócios, e da diferença do valor da quota entre os que se aposentam e os que “entram”, processo difícil até pela impreparação dos dirigentes para o tratamento destas questões de gestão laboral, decorreu como estava previsto: chegou-se a acordo com vários trabalhadores para a rescisão do contrato de trabalho, em condições bem mais favoráveis do que o exigido pela legislação sobre a matéria. O processo ainda não está concluído, mas foram dados passos decisivos para a sustentação futura do SPGL.

4. PERSPETIVAS PARA O ANO LETIVO 2014/2015

A) Participar nas lutas dos trabalhadores contra a política de direita e de empobrecimento do país e pela exigência de uma política diferente, assente na valorização do trabalho, na defesa dos direitos laborais e do Estado social.

B) Luta pela defesa dos ECD quer do ensino não superior quer do ensino universitário e politécnico. Nesse sentido está já prevista uma iniciativa nacional para fins de Setembro.

C) Denunciar e combater o projeto de municipalização do ensino ensaiado no próximo ano letivo de forma experimental como mais um passo na continuada degradação da escola pública, afinal uma das marcas deste governo. O SPGL monitorizará o desenvolvimento do processo nas câmaras da sua área geográfica.

D) Incentivar a luta contra o desemprego docente, nomeadamente apoiando as iniciativas que conduzam à vinculação dos docentes contratados, de acordo com a Lei Geral do Trabalho. Lutar pela aplicação integral da diretiva europeia sobre a limitação dos contratos a prazo. Incentivar a resistência à nova tentativa de aplicação da PACC. Combater todas as formas de exploração, nomeadamente os Contratos de Emprego e Inserção (CEI).

E) Relançar o processo de sindicalização e de eleição de delegados sindicais.

F) Organizar debate sobre a contratação coletiva no público e no privado.

G) Realização em 5 e 6 de Fevereiro do 5º Congresso do SPGL.

- H) Concluir o processo de reestruturação administrativa de modo a garantir a sustentabilidade financeira do sindicato.
- I) Negociação do contrato coletivo de trabalho do Ensino Particular e Cooperativo, após auscultação aos docentes do setor.
- J) Continuar a denúncia do processo do “keys for school”
- L) Eleições para o quadriénio 2015-2019.

Lisboa, 14 de julho de 2014

A Direção